

Processo Seletivo Simplificado

Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária

Superintendência Executiva de Administração Penitenciária

Vigilante Penitenciário Temporário

Domingo, 30 de agosto de 2015

FRASE: Terra, espaço de todos!

(Transcrever para o cartão de respostas)

Caderno de Prova - B

- 1) Verifique se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegibilidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 2) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 3) As respostas das questões deverão ser transferidas (marcadas) para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova objetiva.
 - 3.1. No cartão de respostas, o alvéolo deverá ser completamente preenchido, cabendo ao candidato que descumprir esta disposição arcar com eventuais prejuízos quanto à ausência de leitura óptica de suas marcações.
 - 3.2. São exemplos de marcações incorretas: marcação de dois alvéolos para uma mesma questão, marcação rasurada ou emendada, alvéolo não preenchido completamente ou assinalado com excessiva força.
 - 3.3. No cartão de respostas, o candidato que marcar todas as alternativas de todas as questões ou deixá-lo completamente em branco estará eliminado deste Processo.
 - 3.4. No cartão de respostas, o candidato deverá informar o tipo de prova, conforme especificado no caderno de prova, sob pena de eliminação.
 - 3.5. A frase indicada na área superior desta folha deverá ser transcrita para o cartão de respostas, para posterior exame grafológico, se necessário.
- 4) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova.
- 5) Tempo de duração: 2 horas e 30 minutos.
- 6) Somente será permitido ao candidato levar este caderno de prova após as 16:00 horas, devendo permanecer em sala até esse horário.

Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas				
1	a	b	c	d	e
2	a	b	c	d	e
3	a	b	c	d	e
4	a	b	c	d	e
5	a	b	c	d	e
6	a	b	c	d	e
7	a	b	c	d	e
8	a	b	c	d	e
9	a	b	c	d	e
10	a	b	c	d	e
11	a	b	c	d	e
12	a	b	c	d	e
13	a	b	c	d	e
14	a	b	c	d	e
15	a	b	c	d	e
16	a	b	c	d	e
17	a	b	c	d	e
18	a	b	c	d	e
19	a	b	c	d	e
20	a	b	c	d	e
21	a	b	c	d	e
22	a	b	c	d	e
23	a	b	c	d	e
24	a	b	c	d	e
25	a	b	c	d	e
26	a	b	c	d	e
27	a	b	c	d	e
28	a	b	c	d	e
29	a	b	c	d	e
30	a	b	c	d	e

Leia o texto para responder as questões de 1 a 4.

A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Luíz Flávio Borges D'Urso

Uma das principais causas da escalada do crime organizado reside no aumento da sensação de impunidade, aliado ao fato do Estado abandonar determinadas áreas, que ficam à mercê de quem resolver deter poder para tomá-las, instalando ali um verdadeiro poder paralelo.

Inegavelmente o tráfico de entorpecentes exerce papel preponderante nesse contexto, pois é por meio do tráfico que se arregimenta um verdadeiro exército de pessoas a serviço do crime. O Estado negligenciou em certos pontos, retirando-se de certos lugares, dando oportunidade do crime organizado se instalar, com estrutura empresarial, piramidal, na qual encontra-se um mentor intelectual, que coordena toda operação criminosa, sem ter qualquer contato com os agentes, executores, os quais muitas vezes nem imaginam quem seja o "chefão".

Abaixo do mentor, existem os dirigentes, o alto oficialato, na verdade são os subchefes, que comandam regiões e grupos determinados, abaixo ainda, encontramos os operadores, que comandam os formigas, o verdadeiro exército, tudo isso numa estrutura de muito dinheiro, muitas armas e muita informação, obtida por meio da corrupção.

Enfim, o crime que era ato isolado e solitário, com o tempo passou a ser realizado por grupos eventuais, depois por grupos permanentes, depois por organizações transnacionais e agora pelos grandes organismos globalizados, reclamando uma reforma estrutural no Estado para enfrentar essa nova face do crime.

Não existe uma medida mágica eficaz, que pudesse representar a panacéia, a solução para o problema. O que existe são medidas que conjugadas poderão resultar numa reação ao crime organizado, enfrentando-o. Vejamos algumas delas, como por exemplo, atacar as causas dessa criminalidade, dotando a sociedade de meios, de oportunidades, que façam o jovem vislumbrar algum futuro a ser perseguido.

Ao lado do ataque as causas, há de se ampliar o policiamento preventivo, fardado, ostensivo, de modo a otimizar o trabalho para coibir o cometimento do delito. Quando ocorrer o crime, investigar-se com recursos e para tal há de se dotar a polícia judiciária de meios para essa investigação, buscando o que se tem de mais avançado em tecnologia para auxiliar nossa polícia.

Dessa forma desvendando-se o crime, descobre-se seus agentes, colecionando provas contra ele, objetivando um processo justo, mas severo, na estrita observância do devido processo legal, do contraditório, garantindo a ampla defesa, de forma propiciar condenação à luz das provas produzidas. Por fim, reformular o sistema prisional brasileiro, para que este possa conter aquele que ali deverá permanecer, cumprindo sua pena, sem risco de fuga ou resgate.

Encerro reiterando minha crença na grande maioria do povo brasileiro, que ainda é honesta, honrada e não deseja fraudar sua palavra empenhada, contra uma pequena minoria, que resolveu transpor o limite da legalidade e fazer do crime sua atividade. Creio que ainda haverá solução e o Brasil reagirá a tudo isso. A parcela de pessoas de bem, certamente prevalecerá, em detrimento do crime instalado.

D'URSO, Luíz Flávio Borges. A segurança pública no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, VI, n. 13, ago 2003. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3957>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Questão 1

Pode-se afirmar que o tema do texto é:

- a) a hierarquia das organizações criminosas.
- b) a honestidade do povo brasileiro.
- c) a insegurança provocada pela ampliação das organizações criminosas.
- d) o policiamento preventivo.
- e) o combate ao crime pela polícia.

Questão 2

A linguagem utilizada nesse texto, predominantemente, é:

- a) culta.
- b) poética.
- c) regional.
- d) coloquial.
- e) rebuscada.

Questão 3

A finalidade desse texto é:

- a) instruir o leitor.
- b) fazer um alerta.
- c) dar uma informação.
- d) apresentar uma opinião.
- e) relatar uma experiência.

Questão 4

No trecho “O que existe são medidas que conjugadas poderão resultar numa reação ao crime organizado, enfrentando-o” a expressão sublinhada refere-se a

- a) o subchefe.
- b) o mentor.
- c) o tráfico.
- d) o jovem.
- e) o crime.

Questão 5

Leia o texto abaixo:



Disponível em: <<http://poracaso.com/wp-content/uploads/2012/03/22-CHARGE-sabado.-cameras.jpg>>. Acesso em: 10 jul. de 2015.

Esse texto critica

- a) o assaltante.
- b) a vítima.
- c) o vídeo-monitoramento.
- d) a arma.
- e) a tecnologia.

Questão 6

Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

As reticências utilizadas, neste fragmento do texto de Guimarães Rosa, sugerem

- a) lembrança.
- b) medo.
- c) insatisfação.
- d) tristeza.
- e) incerteza.

Questão 7

Leia a charge abaixo:



Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcQzEojy7WEuwrUp-bi95i5k15ANDAEtatgknsrNqb-BmPsO_ly4g>. Acesso em: 9 jul. 2015.

Nesse texto, o efeito de humor é obtido pela

- a) maneira do vendedor anunciar seu produto.
- b) interpretação do sentido da palavra “bala”.
- c) expressão facial das personagens.
- d) postura tranquila do vendedor.
- e) sombra projetada ao fundo.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Brasil

Questão 8

Oficialmente o Brasil é dividido em 05 grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Cada uma dessas regiões é formada por vários estados, sendo que o estado de Goiás faz parte da região Centro-Oeste, juntamente com:

- a) Mato Grosso, Bahia e Tocantins.
- b) Distrito Federal, Tocantins e Mato Grosso.
- c) Distrito Federal, Mato Grosso e Bahia.
- d) Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- e) Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Questão 9



Disponível em: <<http://planetasustentavel-2011.blogspot.com.br/2011/10/charges-sobre-o-meio-ambiente.html>>. Acesso em 16 jul. 2015.

A charge acima menciona uma questão ambiental que ocorre em quase todo o território nacional. Em Goiás não é diferente. Segundo estudiosos do assunto “o cerrado é um dos principais biomas do país, ocupa em torno de 22% de todo o território, mas sofre com a ameaça constante de extinção; essa previsão pessimista é proveniente do atual quadro ambiental em que se encontra o cerrado, no qual, aproximadamente 80% da biodiversidade já sofreram alterações na fauna e flora. Em Goiás a situação é mais agravante, pois estimativas revelam que cerca de 90% de todo bioma já se encontra alterado”.

Disponível em: <<http://www.brasile scola.com>>. Acesso em: 1 jul. 2015. (Adaptado)

O texto e a charge acima revelam uma situação preocupante em relação ao meio ambiente no Brasil e em Goiás. Dentre os fatores que contribuíram, e ainda contribuem para esse quadro, no estado de Goiás, pode-se citar como o mais impactante e que incorporou a área ocupada pelo cerrado ao capitalismo mundial:

- A instalação de indústrias.
- O desenvolvimento do turismo.
- A agricultura e pecuária de subsistência.
- A “modernização” - mecanização agrícola.
- O ciclo do ouro e a atual extração de minérios.

Questão 10

“O Coronelismo foi uma experiência típica dos primeiros anos da República Brasileira. De fato, essa experiência faz parte de um processo de longa duração que envolve aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais do Brasil”.

Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/historiab/coronelismo.htm>>. Acesso em 10 jul. 2015.

As afirmações a seguir correspondem às características da figura do “Coronel” no Brasil e em Goiás, EXCETO:

- Tratava com respeito seus empregados cujos salários eram melhores do que os da maioria dos outros trabalhadores.
- Possuía grande força política e exercia influência junto aos órgãos administrativos.
- Não tinha interesse no desenvolvimento do Estado, pois um dos mecanismos de dominação era a manutenção do atraso.
- Era integrante de uma elite controladora do poder econômico, social e político.
- Utilizava de vários recursos como a violência, as relações de fidelidade e as fraudes eleitorais para manter o poder.

Direitos Humanos

Questão 11

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948. Dessa forma, considera

- a) que o reconhecimento da dignidade inerente a alguns membros da família humana e de seus direitos iguais e alienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.
- b) ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.
- c) que o apreço e o respeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o ser humano comum não tem como aspiração o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor.
- d) ser dispensável promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações.
- e) que é desnecessária uma compreensão comum desses direitos e liberdades para o pleno cumprimento desse compromisso.

Questão 12

A Resolução Conjunta N.º 1, de 15 de abril de 2014 atende os Princípios de Yogyakarta - Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero e, além disso prevê que

- a) às mulheres transexuais deverá ser garantido tratamento isonômico ao das demais mulheres em privação de liberdade.
- b) a pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade deve ser chamada pelo seu nome que consta na certidão de nascimento.
- c) às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos, destinando-se, nesses espaços, a devida aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.
- d) as pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais masculinas.
- e) é proibido o direito à visita íntima para a população LGBT em situação de privação de liberdade, nos termos da Portaria MJ nº 1.190/2008 e na Resolução CNPCP nº 4, de 29 de junho de 2011.

Questão 13

Visando o combate à discriminação, a Resolução Conjunta N.º 1, de 15 de abril de 2014 estabelece que

- a) à pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade, serão vedados a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico.
- b) a transferência compulsória entre celas e alas ou quaisquer outros castigos semelhantes são considerados medida disciplinar, visando conceder tratamento humano em razão da condição de pessoa LGBT.
- c) à pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero.
- d) é proibido à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o acesso e a continuidade da sua formação educacional e profissional, mesmo sob a responsabilidade do Estado.
- e) não é previsto à pessoa LGBT, em igualdade de condições, o benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recluso, inclusive ao cônjuge ou companheiro do mesmo sexo.

Ética no Serviço Público

Questão 14

São princípios gerais no serviço público, EXCETO:

- a) Os servidores públicos devem ser leais as suas Constituições, leis e princípios éticos acima dos interesses privados.
- b) Os servidores deverão ser honestos no cumprimento de suas funções.
- c) Os servidores não poderão usar seu cargo para ganhos privados.
- d) Os servidores deverão confessar fraudes, corrupção, desperdícios e abusos às autoridades responsáveis.
- e) Os servidores devem agir com parcialidade, dando tratamento diferenciado.

Questão 15

Em relação à ética e democracia, todo cidadão tem direito a exercer a cidadania, assim

- a) a questão da democracia exclui projetos que se realizam nas relações da sociabilidade humana.
- b) direitos e deveres não andam juntos no que tange ao exercício da cidadania.
- c) temos somente que exercer nossos direitos garantidos constitucionalmente.
- d) exercer os direitos de cidadão, na verdade, está vinculado a exercer também os deveres de cidadão.
- e) há democracia apenas quando exercemos nossos deveres constitucionais.

Questão 16

As atividades da administração pública se submetem às normas constitucionais e às leis especiais. Todo esse aparato de normas objetiva a um comportamento ético e moral por parte de todos os agentes públicos que servem ao Estado. São princípios constitucionais que balizam a atividade administrativa:

- a) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e agilidade.
- b) Legalidade, correção, parcialidade, publicidade e eficiência.
- c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) Legalidade, prudência, moralidade, publicidade e agilidade.
- e) Legalidade, impessoalidade, agilidade, competência e eficiência.

Crimes contra a Administração Pública

Questão 17

Funcionário público, para efeitos penais, é aquele que exerce cargo, emprego ou função pública mesmo que transitoriamente ou sem remuneração. Equipara-se a funcionário público aquele que trabalha em entidade paraestatal ou empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para execução de atividade típica da Administração Pública. Assim é considerado crime contra a administração pública:

- a) Condescendência criminosa.
- b) Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Paralisação de trabalho de interesse coletivo.
- e) Falsificação do selo ou sinal público.

Questão 18

O Vigilante Penitenciário Temporário – VPT que recebe os objetos da família do preso para entregar ao mesmo no presídio e os toma para si estará cometendo crime contra a administração pública, sendo o fato típico considerado:

- a) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado
- b) Facilitação de contrabando ou descaminho
- c) Advocacia administrativa
- d) Concussão
- e) Peculato

Questão 19

O Capítulo I, do Título XI – Dos crimes contra a administração pública, trata dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assim sendo, entende-se:

- a) Corrupção passiva - Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- b) Concussão - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- c) Violência arbitrária - Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.
- d) Inserção de dados falsos em sistema de informações - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- e) Prevaricação - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Questão 20

“Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo” é um crime que está previsto no Código Penal desde a vigência da Lei N.º 11.466, de 28 de março de 2007:

- a) Prevaricação
- b) Corrupção passiva
- c) Excesso de exação
- d) Violação do sigilo de proposta de concorrência
- e) Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações

Noções da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal
Questão 21

Vários doutrinadores reputam a execução como a etapa mais importante do direito punitivo, tendo em vista que de nada adianta a condenação de determinado indivíduo pela prática de um ato criminoso sem que haja a respectiva execução da pena a ele imposta. Quanto aos objetivos, de acordo com a Lei de Execução Penal, analise as afirmações a seguir:

- I. efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal.
- II. proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- III. requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) as afirmações II e III estão corretas.
- b) apenas a afirmação I está correta.
- c) as afirmações I e II estão corretas.
- d) apenas a afirmação II está correta.
- e) todas as afirmações estão corretas.

Questão 22

A exposição de motivos da Lei de Execução Penal entende que: “26. A *classificação dos condenados é requisito fundamental para demarcar o início da execução científica das penas privativas de liberdade e da medida de segurança detentiva...*” De acordo com a Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados segundo os seus antecedentes e personalidade, tal classificação tem por finalidade:

- a) assegurar ao condenado e ao internado todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- b) orientar a individualização da execução penal.
- c) estabelecer distinções de natureza racial, social, religiosa ou política.
- d) atribuir trabalho ao preso.
- e) todas as afirmações estão corretas.

Questão 23

A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa FALSA.

- a) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- b) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.
- c) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.
- d) A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.
- e) A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, sendo proibida a posse de livros religiosos.

Questão 24

Tendo em vista o grau de preconceito existente, são verificadas grandes dificuldades por parte do egresso para que este consiga se reintegrar a sociedade. Portanto se torna necessária a montagem de uma rede de assistência que possa lhe dar o devido apoio tão logo venha a deixar a prisão. De acordo com a Lei de Execução Penal a assistência ao egresso consiste:

- I. na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;
- II. atribuição de trabalho e sua remuneração;
- III. na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.
- IV. assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- V. proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) as afirmações I, II e III estão corretas.
- b) apenas a afirmação I está correta.
- c) as afirmações IV e V estão corretas.
- d) as afirmações I e III estão corretas.
- e) todas as afirmações estão corretas.

Questão 25

De acordo com a Lei de Execução Penal considera-se egresso:

- I. o liberado condicional, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da saída do estabelecimento;
- II. o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;
- III. o liberado condicional, durante o período de prova.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) apenas a afirmação I está correta.
- b) apenas a afirmação II está correta.
- c) as afirmações II e III estão corretas.
- d) as afirmações I e II estão corretas.
- e) todas as afirmações estão corretas.

Questão 26

O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo. Devendo o produto da sua remuneração atender:

- I. à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios.
- II. à assistência à família.
- III. a pequenas despesas pessoais.
- IV. ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.
- V. a manutenção de seus vícios e ilícitos.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II, III e IV
- b) I, III e V
- c) II, III e V
- d) I, II e V
- e) todas as afirmações estão corretas

Questão 27

Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso. A penitenciária é um tipo de estabelecimento penal e destina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime

- a) pensão alimentícia
- b) semi-aberto
- c) provisório
- d) fechado
- e) aberto

Questão 28

Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de

- I. condenado maior de 70 (setenta) anos;
- II. condenado acometido de doença grave;
- III. condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;
- IV. condenada gestante;
- V. apresentar, pelos seus antecedentes ou pelo resultado dos exames a que foi submetido, fundados indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime;

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- a) I, II e IV
- b) I, III e V
- c) II, IV e V
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

Questão 29

O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. No que se refere a remissão pelo trabalho a contagem de tempo será feita a razão de:

- a) 2 (dois) dias de pena a cada 4 (quatro) dias de trabalho.
- b) 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- c) 4 (quatro) dias de pena a cada 6 (seis) dias de trabalho.
- d) 3 (três) dias de pena a cada 5 (cinco) dias de trabalho.
- e) 5 (cinco) dias de pena a cada 7 (sete) dias de trabalho.

Questão 30

Dentre as tecnologias utilizadas como alternativas ao cumprimento de uma pena de privação de liberdade podemos destacar o chamado monitoramento eletrônico. De acordo com a Lei de Execução Penal o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando:

- I. autorizar a saída temporária no regime semiaberto.
- II. determinar a prisão domiciliar.
- III. houver necessidade de tratamento médico.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) apenas a afirmação I está correta.
- b) apenas a afirmação II está correta.
- c) as afirmações II e III estão corretas.
- d) as afirmações I e II estão corretas.
- e) todas as afirmações estão corretas.

Espaço para rascunho